

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 869432 - SP (2016/0065119-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE
SÃO PAULO - IPESP**

**ADVOGADO : SANDRA REGINA DE SOUZA ARTIOLI E OUTRO(S)
- SP105450**

AGRAVADO : LAZARA DOMENE GEHRKE

AGRAVADO : LOURDES PEREIRA DA SILVA

AGRAVADO : NERVAL BIRAL

AGRAVADO : MARIA APARECIDA DE SOUZA NASCIMENTO

AGRAVADO : ELIZABETH ORFEU

AGRAVADO : JOAO POLAY

AGRAVADO : JOSE BRANCO DE ALMEIDA

AGRAVADO : NELI MARIA VICENTINI DA ROCHA

AGRAVADO : ROSEMARY ORPHEU

AGRAVADO : MARIA ANGELA BRANCO DE ALMEIDA

ADVOGADOS : FÁBIO ROBERTO PIOZZI E OUTRO(S) - SP167526

CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO E

OUTRO(S) - SP211735

**GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO E OUTRO(S) -
SP206949**

EDSON RICARDO PONTES E OUTRO(S) - SP179738

PAULA RENATA DE LIMA TEDESCO - SP262136

LARISSA BORETTI MORESSI E OUTRO(S) -

SP188752

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. SEXTA-PARTE. PRESCRIÇÃO. TRATO SUCESSIVO. AGRADO INTERNO DO IPESP A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não se opera a prescrição do fundo de direito nos casos em que se busca o pagamento da parcela denominada sexta-parte, devida a aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo, mas, tão somente, das parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, por tratar-se de ato omissivo da Administração e ausente a negativa expressa do direito pleiteado, incidindo o teor da Súmula 85/STJ. Precedentes: AgInt no REsp 1.602.005/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 26.3.2019 e AgInt no REsp. 1.628.125/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 5.2.2019.

2. Agravo Interno do IPESP a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

